



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA LICITAPP

1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

a) Acessar o vídeo curso para utilizar a plataforma neste link ➡ [Vídeo Curso Completo](#)

a) Acessar o painel pregão eletrônico neste link ➡ <https://borebi.licitapp.com.br/>

b) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção **(ainda não tenho cadastro)**, assim, será direcionado para a página **([novoUsuario](#))**. Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (FORNECEDOR).

c) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;

d) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema; automaticamente um CONVITE será enviado para o email informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO EM PREGÕES

Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação (certidões/proposta escrita/declarações) o **representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/Representante, utilizando o CPF e Senha**, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

OBSERVAÇÕES:

1- Havendo um representante cadastrado, este poderá participar de quaisquer pregões nesta prefeitura e outras que utilizam esta plataforma, porém sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (Representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção FORNECEDOR, CNPJ e SENHA. **Após cadastrar proposta eletrônica e anexar os documentos de habilitação e proposta formal o representante deverá assinar comprovante de participação antes da data e horário marcados para abertura da sessão. O comprovante se encontra no canto superior direito da tela. Sem a assinatura deste comprovante, a empresa não participará do pregão. Após assinatura do comprovante a licitante não conseguirá alterar documentos ou proposta eletrônica.**

2- O vídeo curso disponibilizado é completo, e contém muitas informações que irão facilitar o acesso e operação em nossa plataforma. link ➡ [Vídeo Curso Completo](#)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ATENÇÃO

Após cadastrar a proposta e assinar o comprovante não será possível fazer nenhum tipo de alteração, por isso recomendamos que faça uma revisão cuidadosamente de todos os dados inseridos antes de finalizar. Cabe destacar que a assinatura do comprovante, ou seja, a finalização da proposta, pode ser feita em até 10(dez) minutos antes do início da sessão.

Para **CADASTRAR A PROPOSTA** e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/representante, utilizando o **CPF** e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, **PREENCHIDA A PROPOSTA** e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

Havendo dúvidas o interessado poderá contatar o Setor de Licitações pelo e-mail, licitcao.borebi@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI CNPJ: 54.724.802/0001-73
Rua Doze de Outubro, 429-CENTRO, BOREBI/SP
www.borebi.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PREGÃO ELETRÔNICO: 014/2026

OBJETO: Sistema de Registro de Preços do tipo maior desconto para a eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de enfermagem, médico-hospitalares e odontológicos de “A” a “Z”, constantes na Revista Simpro Hospitalar, para suprimento pleno das demandas operacionais das unidades gerenciadas pelo Departamento de Saúde do Município de Borebi/SP.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia: 09/06/2026 as 09h (horário de Brasília)

LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:

<https://borebi.licitapp.com.br//>

FIM DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Até as 08:59 do dia 09/06/2026 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MAIOR DESCONTO

MODO DE DISPUTA:

Aberto

OBS: OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÃO SOLICITADOS APÓS A FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO, SENDO QUE O LICITANTE TERÁ SOMENTE UMA ÚNICA CHANCE PARA ANEXAR E ENVIAR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

EDITAL Nº. 024/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI – SP

CNPJ: 54.724.802/0001-73

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026
(Processo Administrativo nº. 052/2026)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE BOREBI inscrito no CNPJ sob o nº. 54.724.802/0001-73, sediado na RUA DOZE DE OUTUBRO, 429-CENTRO-BOREBI/SP, por meio do Setor de licitações, realizará a licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO:

1.1. Sistema de Registro de Preços do tipo maior desconto para a eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de enfermagem, médico-hospitalares e odontológicos de “A” a “Z”, constantes na Revista Simpro Hospitalar, para suprimento pleno das demandas operacionais das unidades gerenciadas pelo Departamento de Saúde do Município de Borebi/SP.

1.2. O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO percentual, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 - INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO NA PLATAFORMA:

2.1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

2.2. Acessar o painel pregão eletrônico em <https://borebi.licitapp.com.br/login>;

2.3. Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página <https://borebi.licitapp.com.br/login>. Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: LEMBRANDO QUE NESSE PRIMEIRO MOMENTO O CADASTRO SERÁ REFERENTE À EMPRESA (FORNECEDOR).

2.4. Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

2.5. Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção Fornecedor, CNPJ e senha.

2.6. Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/representante, utilizando o CPF e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Os licitantes deverão utilizar a plataforma “LICITAPP”, para apresentar a documentação de habilitação, ofertar a proposta e enviar seus lances.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma “LICITAPP”, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº. 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2. e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2. e 3.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio da plataforma “LICITAPP”, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de acesso à área do usuário indicado pelo fornecedor na plataforma “LICITAPP”.

4.3.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123/2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.9.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.9.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.9.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.9.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

4.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.11.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.11.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.16.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

4.16.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.17.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.17.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.16 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.19. CABERÁ AO LICITANTE INTERESSADO EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO E SE RESPONSABILIZAR PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE MENSAGENS EMITIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO OU DE SUA DESCONEXÃO.

4.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante poderá enviar/anexar a sua proposta formal (junto à documentação de habilitação), conforme modelo contido no ANEXO IV do Edital e preencherá de forma idêntica o sistema eletrônico com os seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do Item;

5.1.2. Marca (quando for o caso), se a marca identificar a empresa, substituir por “Marca Própria”;

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. OS PREÇOS OFERTADOS, TANTO NA PROPOSTA INICIAL, QUANTO NA ETAPA DE LANCES, SERÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE, NÃO LHE ASSISTINDO O DIREITO DE PLEITEAR QUALQUER ALTERAÇÃO, SOB ALEGAÇÃO DE ERRO, OMISSÃO OU QUALQUER OUTRO PRETEXTO.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que de qualquer forma identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo MAIOR DESCONTO sobre o valor de referência do PF – Preço Fábrica da Tabela da CMED/ANVISA - São Paulo

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01%**

6.10. **O LANCE ENVIADO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO SEU PROPONENTE, RESPONDENDO O MESMO POR EVENTUAIS LANCES DE FORMA ERRÔNEA.**

6.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.13. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Agente de Contratação/Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

6.22.4. O PREGOEIRO SOLICITARÁ AO LICITANTE MAIS BEM CLASSIFICADO QUE, NO PRAZO DE ATÉ 2 (DUAS) HORAS, ENVIE A PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO APÓS A NEGOCIAÇÃO REALIZADA, ACOMPANHADA, SE FOR O CASO, DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, QUANDO NECESSÁRIOS À CONFIRMAÇÃO DAQUELES EXIGIDOS NESTE EDITAL E JÁ APRESENTADOS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

6.22.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 0 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

8.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos. 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não digitais' quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único). 8.11. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO SERÃO ENVIADOS POR MEIO DO SISTEMA, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 2 (DUAS) HORAS, CONTADO DA SOLICITAÇÃO DA PREGOEIRA, SOB PENA DE SER INABILITADA

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem Erro! Fonte de referência não encontrada.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS:

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo mínimo de 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá a Agente de Contratação/Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.1.2. Nesse momento a Agente de Contratação/Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

9.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

9.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede da Prefeitura Municipal de BOREBI/SP, sito RUA DOZE DE OUTUBRO, 429-CENTRO-BOREBI/SP

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame; **10.2.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.2.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.2.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.2.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.2.5. Fraudar a licitação;

10.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.2.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

10.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.1.2. Advertência;

10.1.3. Multa;

10.1.4. Impedimento de licitar e contratar e

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5.1. Para as infrações previstas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.5.2. Para as infrações previstas nos itens 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7 e 10.2.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

10.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7 e 10.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

10.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

11.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitação.borebi@gmail.com

11.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.2. A ata da sessão pública ficará no sistema eletrônico.

12.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

12.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.borebi.sp.gov.br

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.12.2. ANEXO II - Modelo Padrão de Proposta de Preços;

12.12.3. ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada

12.12.4. ANEXO IV - Minuta do Contrato

Borebi, 26 de maio de 2026

**ANDERSON PINHEIRO DE GOES
PREFEITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **052/2026**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026

1 - OBJETIVO: Sistema de Registro de Preços do tipo maior desconto para a eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos de enfermagem, médico-hospitalares e odontológicos de “A” a “Z”, constantes na Revista Simpro Hospitalar, para suprimento pleno das demandas operacionais das unidades gerenciadas pelo Departamento de Saúde do Município de Borebi/SP.

2. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Item	Descrição do Objeto	Critério de Julgamento
01	Sistema de Registro de Preços do tipo maior desconto para a eventual aquisição de materiais e equipamentos de enfermagem, médico-hospitalares e odontológicos de A a Z, constantes na Revista SIMPRO Hospitalar, conforme condições estabelecidas neste instrumento.	MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%)

2.1. ATENÇÃO, AS INSTRUÇÕES A SEGUIR SÃO DE EXTREMA IMPORTANCIA PARA O BOM ANDAMENTO E EXECUÇÃO DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS E DURANTE A FASE DE LANCES DESTE PREGÃO;

2.1.1. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA

2.1.1.1. O cadastro de proposta na plataforma deverá ser feito da seguinte forma:

a) **Exemplo 01:** Considerando que o critério de disputa será pelo maior desconto, o percentual de 100% representa o valor integral, ou seja, sem qualquer desconto aplicado. Assim, caso a proposta inicial seja de 1% de desconto, o licitante deverá informar na plataforma o valor 99.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

a.1) Ao informar 99, o sistema compreenderá que foi concedido desconto de 1% sobre o valor de referência.

a.2) Exemplo prático: Se um medicamento constante da tabela CMED/ANVISA possui valor de R\$ 10,00, aplicando-se o desconto de 1%, o preço passará a ser R\$ 9,90, correspondente a 99% do valor original.

b) **Exemplo 02:** Se a sua proposta inicial for um desconto 5 %, na plataforma você deverá preencher com o valor de 95

b.1) Ao informar 95, o sistema compreenderá que foi concedido desconto de 5% sobre o valor de referência.

b.2) Exemplo prático: Se um medicamento constante da tabela CMED/ANVISA possui valor de R\$ 10,00, aplicando-se o desconto de 5%, o preço passará a ser R\$ 9,50 correspondente a 95% do valor original.

c) **Exemplo 03:** Se a sua proposta inicial for um desconto de 10%, na plataforma você deverá preencher com o valor de 90%

c.1) Ao informar 90, o sistema compreenderá que foi concedido desconto de 10% sobre o valor de referência.

c.2) Exemplo prático: Se um medicamento constante da tabela CMED/ANVISA possui valor de R\$ 10,00, aplicando-se o desconto de 10%, o preço passará a ser R\$ 9,00 correspondente a 90% do valor original.

Observação: No momento do cadastro da proposta, o licitante deverá atentar-se ao percentual informado na plataforma.

- **Caso seja inserido o valor 1, o sistema interpretará que o desconto ofertado é de 99%;**
- **Caso seja inserido o valor 0,01, o sistema entenderá que o desconto ofertado é de 99,99%.**

Nessas situações, as propostas poderão ser consideradas inexequíveis, em razão do desconto excessivo, sendo passíveis de desclassificação por serem consideradas propostas inexequíveis.

d) DESCONSIDERE A CIFRA R\$ QUE APARECERA NA PLATAFORMA, E CONSIDERE APENAS O NUMERAL NO MOMENTO DE CADASTRAR A PROPOSTA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

2.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS LANCES

a) NOSSO SISTEMA APRESENTARÁ O VALOR DE R\$ 100,00 (CEM REAIS) COMO REFERÊNCIA, PORÉM ESTE VALOR SERÁ EQUIVALENTE AO PERCENTUAL DE 100% (CEM POR CENTO) REPRESENTANDO O VALOR CHEIO SEM DESCONTOS, SENDO ASSIM O LANCE OFERTADO DEVERÁ OBEDECER AO DECRÉSCIMO MÍNIMO ENTRE OS LANCES DE R\$ 0,01 QUE CORRESPONDERÁ A 0,01%.

b) **EXEMPLO 01:** SE O LICITANTE DESEJAR OFERTAR UM DESCONTO DE 0,01%, O LANCE EFETUADO DEVERÁ SER DE 99,99;

c) **EXEMPLO 02:** SE O LICITANTE DESEJAR OFERTAR UM DESCONTO DE 0,50%, O LANCE EFETUADO DEVERÁ SER DE 99,50.

d) **EXEMPLO 03:** SE O LICITANTE DESEJAR OFERTAR UM DESCONTO DE 1% O LANCE EFETUADO DEVERÁ SER DE 99.

e) LEMBRANDO QUE NO SISTEMA APARECERÁ O PERCENTUAL MÁXIMO DE R\$ 100,00 COMO REFERENCIA, QUE IRA REPRESENTAR 100%. OU SEJA, **DESCONSIDERE A CIFRA R\$,** E CONSIDERE APENAS O NUMERAL NO MOMENTO DE REALIZAR OS LANCES.

3. REFERENCIAL DE PREÇOS E FATURAMENTO

- A referencial base para faturamento, pedidos e conferência fiscal será o valor bruto estipulado na edição da **Revista Simpro Hospitalar vigente na exata data de emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.**

- Todos os preços unitários resultantes da aplicação do desconto contratado deverão ser apresentados com, no máximo, duas casas decimais, desprezando-se as frações subseqüentes, sem que isso gere direito a readequações financeiras por parte da contratada.

4. DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. Prazo de Entrega

O fornecimento dos bens dar-se-á sob o regime de execução imediata e fracionada, devendo a licitante detentora da ata efetivar a entrega dos materiais solicitados no prazo peremptório de até **10 (dez) dias úteis.** O fluxo temporal iniciar-se-á no primeiro dia útil subseqüente ao envio formal da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico (e-mail institucional) emitido por servidor formalmente designado.

4.2. Local e Horário de Recebimento

Os insumos deverão ser descarregados e entregues diretamente no seguinte endereço:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

- **Local:** Almoxarifado da Saúde Centro, Borebi – SP.
- **Horário:** Dias úteis, estritamente das 08h00 às 16h00.

4.3. Critérios de Conformidade e Substituição

- Todo e qualquer insumo que se apresentar fora dos padrões técnicos normativos, com integridade violada ou em desconformidade com o catálogo SIMPRO será imediatamente rejeitado no ato do recebimento provisório.
- A licitante adjudicada restará obrigada a promover a substituição integral dos itens impugnados no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados da notificação oficial, sob sua exclusiva conta, risco e ônus financeiro.

5. Da Estimativa Financeira e Dotação Orçamentária

O valor global máximo estimado para a presente contratação, calculado com base no histórico de consumo e projeções assistenciais do Departamento de Saúde, é de **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para o período de 12 (doze) meses**.

As despesas decorrentes das aquisições onerarão as dotações orçamentárias próprias do Departamento Municipal de Saúde de Borebi/SP, devendo os empenhos ocorrer na modalidade estimativa ou global, conforme as demandas fracionadas se consolidem.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ORDEM CRONOLÓGICA

6.1. Do Fluxo de Liquidação

O pagamento correspondente aos materiais efetivamente entregues será realizado no prazo de até **15 (quinze) dias consecutivos**. O prazo iniciar-se-á na data do **Recebimento Definitivo** do objeto, formalizado mediante ateste técnico impresso e assinado pelo servidor responsável no corpo da Nota Fiscal Eletrônica.

6.2. Das Obrigações Fiscais na Emissão do Documento

- A contratada emitirá Nota Fiscal em estrita conformidade com a legislação tributária vigente.
- O documento fiscal deverá, obrigatoriamente, indicar os dados bancários da pessoa jurídica contratada (instituição financeira, agência e conta corrente), vedada a emissão de boletos bancários ou cobranças via terceiros.

6.3. Das Retenções e Saneamento de Erros

- Serão processadas na fonte as retenções tributárias determinadas pelas normativas fazendárias vigentes. Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional, deverá anexar a declaração comprobatória nos moldes da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (alterada pela IN nº 1.234/2021) juntamente com a Nota de Empenho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

- Constatada qualquer incorreção, omissão ou rasura no documento fiscal, o fluxo temporal para pagamento será **imediatamente interrompido**. O prazo voltará a fluir na sua integralidade somente após a reapresentação escoreta do documento regularizado pela contratada.
- Nos casos de recursos vinculados a convênios estaduais ou federais, a liberação financeira submeter-se-á à efetiva disponibilidade do repasse pelo órgão concedente.

7. DO REAJUSTE DE PREÇOS E PRECLUSÃO LOGÍSTICA

7.1. Critério de Reajuste

Os valores brutos que servem de teto orçamentário poderão sofrer reajuste anual, mediante requerimento formal e fundamentado da contratada, decorrido o interregno mínimo de **01 (um) ano**, contado da data de apresentação da proposta inicial. O indexador oficial adotado será o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, apurado pelo IBGE.

7.2. Da Preclusão do Direito

O pedido de reajustamento econômico deverá ser formalmente protocolado perante a Prefeitura Municipal de Borebi antes da extinção da vigência contratual ou da assinatura de termo de prorrogação subsequente. A não manifestação tempestiva da contratada implicará a **preclusão lógica e consumativa** do direito ao reajuste.

8. DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes terão vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação de sua súmula na Imprensa Oficial do Município. A prorrogação da vigência contratual observará o disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, condicionada aos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Emissão de relatório técnico favorável emitido pela fiscalização, atestando a regularidade executiva da empresa;
- b) Demonstração analítica de que as condições econômicas da contratação permanecem vantajosas para a Administração frente ao mercado;
- c) Manifestação expressa e tempestiva de interesse na prorrogação por parte da contratada, acompanhada da comprovação de manutenção de sua regularidade fiscal e habilitatória.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Obrigações da Contratante

9.1.1. Exercer a fiscalização, orientação e acompanhamento diário da execução do objeto, dirimindo dúvidas operacionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

9.1.2. Proceder ao recebimento provisório e, após as checagens técnicas, emitir o Termo de Recebimento Definitivo, rejeitando o que estiver desconforme;

9.1.3. Notificar formalmente e por escrito a contratada acerca de quaisquer imperfeições, avarias ou falhas detectadas nos produtos entregues;

9.1.4. Efetuar o adimplemento financeiro nos prazos e termos fixados neste instrumento;

9.1.5. Eximir-se de qualquer coparticipação em compromissos assumidos pela contratada junto a terceiros ou subfornecedores;

9.1.6. Notificar formalmente a contratada em caso de necessidade de adequações procedimentais ou faturamento de novas unidades administrativas inauguradas no decorrer do contrato.

9.2. OBRIGAÇÕES CONTRATADA

Compete à empresa adjudicada:

9.2.1. Executar o objeto nos prazos, locais e quantitativos estabelecidos, assumindo todos os riscos operacionais inerentes;

9.2.2. Garantir que os preços propostos sejam completos, compreendendo todas as despesas diretas e indiretas (tributos, fretes, insumos, encargos trabalhistas, previdenciários e margem de lucro);

9.2.3. Indenizar integralmente o município ou terceiros afetados por quaisquer danos materiais, civis ou corporais decorrentes de dolo ou culpa de seus prepostos;

9.2.4. Manter, durante toda a vigência da ata/contrato, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas no certame;

9.2.5. Responder irrestritamente pela qualidade, quantidade, identidade técnica e segurança dos produtos entregues, em consonância com as normas da ANVISA e ABNT;

9.2.6. Comunicar imediatamente ao setor de compras qualquer alteração em seus dados cadastrais (endereço, telefone, e-mail institucional).

10. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

A contratada vincula-se ao cumprimento integral da **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)**, comprometendo-se a:

a) Atender com presteza as determinações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

- b) Limitar o tratamento de eventuais dados coletados estritamente às finalidades necessárias à execução logística deste TR;
- c) Resguardar sigilo absoluto sobre informações de pacientes ou servidores a que tenha acesso, respondendo civil e penalmente pelo vazamento ilícito de dados;
- d) Notificar a Administração de Borebi/SP, por escrito, em até **24 (vinte e quatro) horas**, acerca de qualquer incidente de segurança ou suspeita de vazamento de informações.

11. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inaptidão técnica e jurídica:

11.1. Habilitação Jurídica

11.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.3 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

11.1.4 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.5 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e

11.1.6 - Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.1.8 – Declaração Unificada, disponível no anexo III deste edital.

11.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

11.2.2 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS da Secretaria de Estado da Fazenda

11.2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

11.2.4 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.2.7 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

11.2.8 - Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa mencionada no artigo 34 da Lei nº 11.488 de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição, sob pena de inabilitação; e

11.3. Qualificação Econômico-Financeira

11.3.1 - Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica. Empresas em início de atividade (exercício corrente) poderão apresentar o Balanço de Abertura.

11.3.2. - Comprovação de saúde financeira avaliada por meio das demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios, atendendo aos seguintes índices matemáticos mínimos:

Índice de Liquidez Geral (ILG) = 2,00
Índice de Endividamento Geral (IEG) = 0,65
Liquidez Seca (LS) = 1,50
Liquidez de Recurso Próprio (LRP) = 0,95
Giro do Ativo (GA) = 20

11.4. Qualificação Técnica

11.4.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou fornecimento de produtos de natureza semelhante e compatível com o objeto deste certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

11.4.2. Autorização de Fornecimento (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com respectiva publicação em Diário Oficial da União (DOU).

11.4.3. Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária competente em plena vigência.

11.4.4. Certificado de Registro de Responsabilidade Técnica (CRF) do profissional farmacêutico vinculado à empresa.

11.4.5. Carta(s) de Credenciamento emitida(s) pelo(s) fabricante(s), atestando a condição de distribuidor autorizado para comercialização e revenda dos insumos.

11.4.6. Comprovação documental de capacidade logística para transporte especializado (especificações de controle térmico/refrigeração ativa, monitoramento por *datalogger* e certificado de dedetização periódica da frota de veículos).

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOSIMETRIA

O descumprimento das cláusulas fixadas sujeitará a empresa às penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se a seguinte dosimetria:

12.1. Recusa de Assinatura: A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato dentro do prazo legal ensejará aplicação de multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor global adjudicado, cumulada com a sanção de impedimento de licitar por até 03 (três) anos.

12.2. Atraso na Entrega: O atraso injustificado no cumprimento do prazo de 10 dias úteis para entrega gerará multa moratória diária de **0,50% (cinquenta centésimos por cento)** calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada ao teto de 30 dias. Ultrapassado o limite, a Nota de Empenho poderá ser cancelada unilateralmente com aplicação cumulativa de impedimento de licitar.

12.3. Execução Desconforme: A entrega de produtos fora das especificações, se não corrigida em até 24 horas após a notificação, gerará multa sancionatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor do lote em desconformidade.

12.4. Inexecução Total ou Parcial: A não entrega injustificada das requisições ensejará multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o montante inadimplido, cumulada com impedimento de licitar por até 03 (três) anos.

12.5. Reincidência: A reincidência em infrações administrativas já notificadas e não saneadas implicará acréscimo automático de **10% (dez por cento)** sobre o valor da nova penalidade aplicada, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste.

12.6. Devido Processo Legal: Nenhuma sanção será aplicada sem a observância do contraditório e da ampla defesa, assegurado o prazo legal para apresentação de defesa prévia por parte da licitante.

Secretaria Municipal de Saúde Município de Borebi/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ÓRGÃO REQUISITANTE: Departamento de Saúde do Município de Borebi/SP

OBJETO PRINCIPAL: Registro de preços do tipo maior desconto para a eventual aquisição de materiais e equipamentos de enfermagem, médico-hospitalares e odontológicos de “a” a “z”, constantes na Revista Simpro Hospitalar.

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A contratação de insumos hospitalares e odontológicos constitui atividade-meio indispensável e de natureza crítica para assegurar a continuidade, a segurança e a dignidade dos serviços públicos de saúde prestados à população de Borebi/SP. O Departamento de Saúde gerencia unidades de atendimento que registram fluxos contínuos e demandas oscilantes de pacientes. A ausência de uma modelagem ágil de reabastecimento resulta em riscos severos, tais como:

- Interrupção abrupta de consultas, curativos, cirurgias de pequeno porte e atendimentos odontológicos.
- Aumento exponencial do risco de infecções devido à eventual falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais de assepsia (luvas, máscaras, seringas).
- Impossibilidade de cumprimento de protocolos sanitários vigentes e descumprimento de preceitos constitucionais de direito à saúde.

A necessidade administrativa, portanto, consiste em estruturar um ecossistema de suprimentos que afaste o desabastecimento, mitigue o risco de perda por validade e ofereça cobertura integral para itens de "A" a "Z" necessários à rotina clínica.

2. Demonstração do Alinhamento com o Planejamento

A presente demanda encontra-se estritamente alinhada com o **Plano de Contratações Anual (PCA)** do Município de Borebi/SP, bem como com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde vigentes. A contratação está classificada como aquisição de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade são passíveis de definição objetiva pelo mercado.

O alinhamento estratégico visa assegurar que a alocação orçamentária programada converta-se em eficiência operacional, respeitando o princípio da continuidade do serviço público e evitando a necessidade de contratações emergenciais (diretas) que oneram a administração e ferem a competitividade.

3. Requisitos da Contratação

Para que a necessidade seja plenamente satisfeita, fixam-se os seguintes requisitos mínimos de qualidade, rendimento e conformidade regulatória:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

A. Requisitos de Qualidade e Procedência

- Todos os produtos fornecidos deverão constar rigorosamente indexados na **Revista Simpro Hospitalar**, garantindo rastreabilidade de preços e parâmetros oficiais de mercado.
- Os materiais devem possuir prazo de validade compatível com o uso, vedada a entrega de itens com vencimento iminente.

B. Requisitos Logísticos e de Distribuição

- **Prazo de Entrega:** O fornecimento deve ocorrer sob demanda, no prazo máximo de **10 dias úteis** contados do recebimento da solicitação eletrônica.
- **Local de Entrega:** Almoxarifado da Saúde Centro, Borebi-SP, no intervalo das 8h às 16h.
- **Logística especializada:** Obrigatoriedade de transporte adequado com controle rigoroso de temperatura e monitoramento via *datalogger* para insumos termolábeis.

C. Requisitos de Regularidade Técnica (Habilitação)

- Autorização de Fornecimento (AFE) expedida pela ANVISA para medicamentos e produtos para a saúde.
- Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária em vigor.
- Certificado de Regularidade do Responsável Técnico (CRF).
- Apresentação de cartas de credenciamento que comprovem a condição de distribuidor autorizado junto aos fabricantes.

4. Estimativa das Quantidades e Memória de Cálculo

Por se tratar de contratação baseada em catálogo eletrônico dinâmico (Revista Simpro) por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), a definição quantitativa exata de cada item de "A" a "Z" mostra-se técnica e operacionalmente inviável no momento do planejamento. Diante disso, a estimativa baseia-se no **limite orçamentário global máximo estipulado por projeção financeira de consumo**.

Memória de Cálculo

O valor total estimado é de **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para o período de 12 meses**. Essa métrica foi obtida a partir do levantamento histórico dos processos de compras anteriores do Departamento de Saúde, ponderada pela variação média da demanda física de atendimentos e pela inclusão de margem de segurança para picos epidemiológicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Subgrupo Estimado	Percentual Médio de Consumo Histórico	Valor Estimado Anual
Materiais de Enfermagem e Consumo Geral	45%	R\$ 360.000,00
Insumos e Equipamentos Médico-Hospitalares	35%	R\$ 280.000,00
Materiais e Insumos Odontológicos	20%	R\$ 160.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO TOTAL	100%	R\$ 800.000,00

5. Levantamento de Mercado e Análise de Alternativas

A equipe de planejamento analisou as opções metodológicas disponíveis no mercado público para o suprimento de uma gama tão variada e imprevisível de insumos hospitalares e odontológicos.

a) Alternativa 1: Licitação Tradicional por Itens Fixos e Quantidades Determinadas.

✓ *Análise:* Revelou-se ineficaz. A tentativa de listar individualmente milhares de produtos geraria um Termo de Referência com centenas de páginas, alto índice de itens desertos ou fracassados, além do risco severo de obsolescência ou falta de flexibilidade caso surgisse a necessidade de um material específico não listado.

b) Alternativa 2: Licitação por Sistema de Registro de Preços (SRP) com adoção da Tabela SIMPRO e Critério de Maior Desconto (Solução Escolhida).

✓ *Análise:* Apresenta-se como a melhor prática administrativa e econômica. A Revista Simpro é o principal indexador de preços adotado pelo mercado de saúde pública e privada. Vincular a disputa ao **maior desconto percentual sobre a tabela oficial vigente** garante que a Administração se beneficie das economias de escala do mercado, mantenha o catálogo atualizado e pague sempre valores auditáveis e proporcionais aos preços oficiais de fábrica/governo.

6. Estimativa do Valor da Contratação

A precificação obedecerá ao teto máximo de **R\$ 800.000,00**. A metodologia de execução financeira não se dará por preço unitário estático fixado no edital, mas sim pela incidência do **percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora sobre o valor bruto indicado na Revista Simpro Hospitalar** na data da emissão da Ordem de Fornecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Essa modelagem protege o erário contra distorções inflacionárias e garante o alinhamento em tempo real com as flutuações de preços praticadas pelos fabricantes de produtos de saúde.

7. Descrição da Solução como um Todo e Sustentabilidade

A solução consiste na instituição de um canal contínuo e sob demanda para fornecimento de materiais e equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de enfermagem. O fluxo completo engloba: pedido eletrônico do gestor \rightarrow faturamento baseado na tabela SIMPRO com aplicação do desconto licitado \rightarrow transporte refrigerado/controlado \rightarrow entrega e conferência no Almoarifado Central.

Critérios de Sustentabilidade

- **Logística Reversa e Descarte:** As especificações técnicas do TR induzirão o descarte adequado de embalagens e resíduos por parte das unidades de saúde, exigindo que os materiais fornecidos possuam o menor impacto ambiental possível.
- **Materiais Livres de Toxicidade:** Preferência por insumos que utilizem compostos recicláveis, atóxicos e processos de fabricação certificados ambientalmente pelas normas ISO 14001, sempre que disponíveis no mercado.

8. Justificativa para o Não Parcelamento da Solução

A divisão da licitação ocorrerá **por item único global**, compreendendo a totalidade das categorias de "A" a "Z" integradas na Revista Simpro Hospitalar. Justifica-se o não parcelamento em múltiplos subgrupos concorrenciais devido aos seguintes fatores técnicos:

- **Inviabilidade Operacional de Gestão:** Dividir a tabela SIMPRO por marcas ou subcategorias fracionaria o certame de forma prejudicial, multiplicando os contratos e complexificando a gestão fiscal da execução.
- **Atratividade de Mercado (Ganho de Escala):** Os grandes distribuidores de produtos de saúde operam com o portfólio completo indexado na Simpro. A oferta de um lote unificado atrai participantes com robustez logística capaz de atender prontamente à totalidade das demandas da municipalidade, garantindo a ampla competitividade sob a sistemática do maior desconto global.

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

Prevede-se a obtenção dos seguintes resultados de interesse público com a consolidação deste processo:

- **Economicidade Extrema:** Obtenção de descontos significativos sobre a tabela de referência regulada, gerando economia real em relação às compras isoladas no varejo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

- **Eficiência Administrativa (Just-in-Time):** Redução drástica do custo de estocagem do município. Os produtos serão mantidos nos armazéns do fornecedor e solicitados apenas na medida da necessidade real, eliminando o risco de perdas de insumos por vencimento do prazo de validade.
- **Segurança Jurídica:** Mitigação total do risco de sobrepreço ou superfaturamento, uma vez que a base de cálculo é um indexador externo reconhecido por órgãos de controle (SIMPRO).

10. Providências Prévias à Celebração do Contrato

Antes da formalização da Ata de Registro de Preços ou do Contrato decorrente, a Administração adotará as seguintes medidas:

- **Designação Formal da Fiscalização:** Publicação de portaria indicando o Gestor do Contrato e o Servidor Responsável pelo Almoxarifado Central, encarregados de atestar as notas e verificar a conformidade técnica dos itens entregues.
- **Capacitação da Equipe de Recebimento:** Treinamento pontual dos servidores para a conferência cruzada automatizada entre o preço faturado na Nota Fiscal, o preço vigente na Revista Simpro na data do pedido e a aplicação exata do percentual de desconto homologado.
- **Alinhamento de Sistema:** Configuração do software de gestão de faturamento interno do município para receber os lançamentos baseados em descontos sobre catálogo eletrônico.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A. Interdependência e Coexistência de Instrumentos Concorrenciais

A equipe de planejamento identificou a vigência do **Pregão Eletrônico nº 024/2025** (Processo nº 097/2025), cujo objeto é o Registro de Preços para futura ou eventual aquisição de material de enfermagem para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Borebi/SP, homologado parcialmente em 03 de outubro de 2025.

Considerando que o objeto do presente ETP também abrange materiais de enfermagem de "A" a "Z" por meio do catálogo eletrônico da Revista Simpro Hospitalar, estabelecem-se as seguintes diretrizes de governança e segregação para impedir a ocorrência de *bis in idem* (duplicidade de contratação) e garantir a eficiência econômica:

- **Regra de Prevalência e Ordem de Consumo:** Os itens especificamente listados, adjudicados e homologados no Pregão Eletrônico nº 024/2025 (tais como agulhas, luvas de procedimento, coletores, soros, canulas, entre outros) possuem **prioridade absoluta de consumo** por parte do Departamento de Saúde, enquanto durarem seus saldos de ata e sua vigência jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

- **Subsidiariedade da Revista Simpro:** A contratação baseada na Revista Simpro Hospitalar atuará de forma estritamente **subsidiária e complementar** no que tange ao grupo de materiais de enfermagem. Ela será acionada unicamente nas seguintes hipóteses devidamente motivadas pelo gestor:

I. Demanda por materiais de enfermagem altamente especializados, específicos ou novas tecnologias que **não foram contemplados** na listagem fixa do Pregão nº 024/2025.

II. Situações em que as quantidades registradas nas atas do Pregão nº 024/2025 se mostrarem **esgotadas (frustradas)** antes do término de sua vigência, frente a um aumento imprevisto da demanda ambulatorial.

III. Manifesta e comprovada vantagem econômica momentânea, caso o desconto linear obtido na Revista Simpro resulte em preço unitário inferior ao registrado no Pregão nº 024/2025 para o mesmo item (respeitando o princípio da economicidade).

B. Serviços de Apoio Correlatos

Para além da interface com o Pregão nº 024/2025, a utilidade e eficácia dos materiais adquiridos por este certame (médico-hospitalares e odontológicos) mantêm correlação com os seguintes contratos vigentes na municipalidade:

- **Gerenciamento de Resíduos:** Contrato para coleta, transporte e destinação final de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (RSS) — essencial para o descarte das agulhas, seringas, campos e coletores inservíveis.
- **Manutenção de Equipamentos:** Contrato de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de pressão, oxímetros e instrumentais de aço inox que serão alimentados ou complementados pelas aquisições deste processo.

12. Diretrizes para o Gerenciamento de Riscos (Matriz Preliminar)

Com o objetivo de antecipar problemas e estruturar respostas céleres durante a execução da ata/contrato, estabelece-se a seguinte modelagem de riscos:

Identificação do Risco	Impacto	Ações de Mitigação / Resposta Contratual
Atraso na entrega dos insumos além do prazo fixado de 10 dias úteis.	Alto	Aplicação imediata de multa moratória de 0,50% ao dia sobre a parcela inadimplida, com possibilidade de cancelamento da nota de empenho após o 30º dia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Identificação do Risco	Impacto	Ações de Mitigação / Resposta Contratual
Entrega de produtos em desacordo com as especificações ou com avarias.	Médio	Notificação imediata para substituição obrigatória dos itens defeituosos no prazo preentório de até 2 dias úteis, sob ônus total da contratada.
Insumos com variação crítica de temperatura (falha no transporte de termolábeis).	Alto	Recusa integral do lote no ato do recebimento provisório, com exigência de relatório do <i>datalogger</i> e abertura de processo sancionatório por execução imperfeita.
Descontinuidade de fabricação de determinado item constante na Revista Simpro.	Baixo	Autorização regulada para substituição do objeto por modelo similar ou superior, desde que mantido o preço proporcional com aplicação do desconto estipulado.

13. Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade

Diante de toda a fundamentação técnica, jurídica e operacional aqui exposta, a equipe de planejamento conclui que a contratação de materiais e equipamentos por meio do **Sistema de Registro de Preços, utilizando o critério de julgamento de Maior Desconto sobre a Revista Simpro Hospitalar**, configura-se como a solução mais vantajosa, segura e eficiente para o Município de Borebi/SP.

O instrumento encontra-se integralmente apto a subsidiar a elaboração do edital e do Termo de Referência definitivo, sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021.

REGINALDO CIRILO
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ANEXO II - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBS: O exemplo a seguir se trata do arquivo da proposta, ou seja, o documento que você vai anexar no sistema caso seja vencedor de algum item.

DO PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO DA PROPOSTA

O documento referente a proposta deverá ser preenchido conforme exemplo a seguir:

a) No documento da proposta deverá ser colocado exatamente o desconto ofertado. Se o desconto ofertado foi de 10% em cima dos 100%, a proposta deverá ser preenchida exatamente com o valor de 10%, e não 90% conforme exemplo da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
1	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS "A" a "Z", DO TIPO GENERICO CONSTANTE NA TABELA CMED - MÊS BASE – TABELA VIGENTE. COM PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO DE FÁBRICA - PF	10%
2	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS "A" a "Z", DO TIPO ETICO CONSTANTE NA TABELA CMED - MÊS BASE – TABELA VIGENTE. COM PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO DE FÁBRICA - PF	10%
3	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS "A" a "Z", DO TIPO SIMILAR CONSTANTE NA TABELA CMED - MÊS BASE – TABELA VIGENTE. COM PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO DE FÁBRICA - PF	10%

**Forma
correta de
preencher**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
1	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS "A" a "Z", DO TIPO GNERICO CONSTANTE NA TABELA CMED - MÊS BASE – TABELA VIGENTE. COM PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO DE FÁBRICA - PF	90%
2	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS "A" a "Z", DO TIPO ETICO CONSTANTE NA TABELA CMED - MÊS BASE – TABELA VIGENTE. COM PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO DE FÁBRICA - PF	90%
3	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS "A" a "Z", DO TIPO SIMILAR CONSTANTE NA TABELA CMED - MÊS BASE – TABELA VIGENTE. COM PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO DE FÁBRICA - PF	90%

**Forma
incorreta
de
preencher**

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026

À

Prefeitura Municipal de Borebi/SP

Att. Pregoeira e/ou Equipe de Apoio

Proponente: _____

CNPJ n.º: _____

Endereço: _____

Tel: _____ Telefax: _____ e-mail: _____

Conta corrente: _____ Banco: _____ Ag.: _____

1. OBJETO: Registro de preços do tipo maior desconto para a eventual aquisição de materiais e equipamentos de enfermagem, médico-hospitalares e odontológicos de “a” a “z”, constantes na Revista Simpro Hospitalar..



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
1	REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS DE “A” A “Z”, CONSTANTES NA REVISTA SIMPRO HOSPITALAR.	

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, no mínimo, a contar da data da sua apresentação.

Declaro que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e Ass. do Representante Legal
CNPJ da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante abaixo assinado, para fins de participação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026, DECLARA:

1. Declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
2. Declara que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constante do edital e seus anexos;
3. Declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
4. Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao a este pregão.
5. Declara, sob as penas da Lei, que a empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
6. Declara que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
7. Declara que concorda com a realização de eventuais descontos de impostos nos termos da legislação vigente.
8. Declara que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal tais como



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

9. Declara, para fins do disposto neste Edital de Pregão Eletrônico, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente por nós e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal Borebi/SP antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2024.

Nome do representante e assinatura

Nome da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2026

O MUNICÍPIO DE BOREBI-SP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 54.724.802/0001-73, com sede na RUA DOZE DE OUTUBRO, 429-CENTRO-BOREBI/SP, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. ANDERSON PINHEIRO DE GOES, inscrito no CPF sob o nº e RG nº., e do outro lado a Empresa:, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Senhor(a) (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº. 052/2026 – Pregão Eletrônico nº. 014/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: (art. 92, I e II)

Registro de preços do tipo maior desconto para a eventual aquisição de materiais e equipamentos de enfermagem, médico-hospitalares e odontológicos de “a” a “z”, constantes na Revista Simpro Hospitalar.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
1	REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS DE “A” A “Z”, CONSTANTES NA REVISTA SIMPRO HOSPITALAR.	

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital do Pregão nº. 014/2026, constante do Processo nº. 052/2026;

1.3.3. A Proposta do contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, contados da assinatura da presente Ata.

2.2. A vencedora deverá apresentar na assinatura do contrato, alvará “146/2025” para Transportes Medicamentos Produtos Controlados

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que faz parte integrante do Processo Licitatório e desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. É vedada a subcontratação na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de R\$...... (.....), sendo o valor de cada item o discriminado na Cláusula Primeira (1.2).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Os serviços deverão ser executados conforme especificações constantes no ANEXO I do edital e em endereço indicado pela secretaria requisitante, quando da emissão da ordem de serviço com começo imediato, dentro do município de Borebi

6.2. O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, após a apresentação das Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s), isenta de erros, devidamente datadas e atestadas pelo(a) Fiscal(is) designado(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

e pela Secretaria acompanhada da Ordem de Fornecimento, e só serão pagos os valores mensais referentes ao equipamento locado.

6.1.1. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ POSSUIR CONTA BANCÁRIA PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EM CASOS ESPECÍFICOS DE PRODUTOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, A CONTA DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL. SE A LICITANTE VENCEDORA POSSUIR CONTAS DIFERENTES DAS INSTITUIÇÕES SUPRACITADAS, DEVERÁ ARCAR COM OS CUSTOS DAS TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS/TED/DOC. O CUSTO ATUAL VARIA DE R\$ 10,00 A R\$ 15,00 POR TRANSFERÊNCIA.

6.3. O objeto deverá estar em conformidade com a nota fiscal, somente após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, será aprovado para pagamento;

6.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.5. Será rejeitado, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência.

6.6. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato; 6.7. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos etc.

6.8. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, antes de ser completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-limite da assinatura da Ata

6.9. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE: (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data da homologação do presente certame



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-e, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Atestar nas NF a efetiva entrega do objeto desta licitação.
- 8.2. Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso.
- 8.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.
- 8.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da NF no setor competente.
- 8.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.
- 8.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 8.8. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos contratada em relação ao objeto do Contrato;
- 8.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada;
- 8.11. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- 8.12. Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações; 8.13. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;
- 8.14. A Contratante descontará das contratadas, eventuais impostos que venham a incidir sobre o objeto da presente, nos termos da legislação legal aplicável.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A) (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. As despesas de frete/embalagem, se houver, serão por conta da contratada.

9.5 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

9.6 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

9.7 Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

9.8 Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos neste termo

9.9 Comunicar ao Município de Borebi, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

9.10 Não permitir o trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII):

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(art. 92, XIV):

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

11.2.5. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.6. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.7. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº

14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas com a aquisição do objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias que serão indicadas oportunamente na formalização das contratações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI

SETOR DE LICITAÇÕES

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO: (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lençóis Paulista/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Borebi, de de 2026.

ANDERSON PINHEIRO DE GOES

Representante legal do Contratado

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF: _____ Nome:

_____ CPF: _____